em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

1 de Julho de 2005. — O Juiz de Direito, *Luís Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Maria Lucinda Santos Andrade*.

Aviso de contumácia n.º 9180/2005 — AP. — O Dr. Luís Carvalho, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Moimenta da Beira, faz saber que, no processo sumaríssimo (artigo 392.º do Código de Processo Penal), n.º 8/99.7GBMBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Mário Luís Correia dos Santos, filho de José dos Santos Jorge e de Zulmira Correia Gil, nascido em 7 de Março de 1971, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 96422630, com domicílio na Rua da Quinta, 3, Sendim, Tabuaço, por se encontrar acusado da prática de um crime de detenção ilegal de arma, previsto e punido pelo artigo 6.º da Lei n.º 22/97, de 27 de Junho, praticado em 1 de Março de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 27 de Junho de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

5 de Julho de 2005. — O Juiz de Direito, *Luís Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Maria Lucinda Santos Andrade*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MOITA

Aviso de contumácia n.º 9181/2005 — AP. — A Dr.ª Sandra Conceição, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Moita, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 799/05.8TBMTA, pendente neste Tribunal contra o arguido Emanuel Seabra, filho de Natural e de Maria Silveira Seabra, natural de Almada, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Abril de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10974673, com domicílio na Rua Luís de Camões, 44, 1.º, direito, 2835 Baixa da Banheira, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 6 de Janeiro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Junho de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

22 de Junho de 2005. — A Juíza de Direito, *Sandra Conceição*. — A Oficial de Justiça, *Anabela Santos*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE MONCHIQUE

Aviso de contumácia n.º 9182/2005 — AP. — O Dr. Eduardo José C. S. Paiva, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Monchique, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 56/03.4GAMCQ, pendente neste Tribunal contra o arguido Ioan Coman, filho de Stefan Coman e de Ileana Coman, natural de Roménia, de nacionalidade romena, nascido em 5 de Junho de 1981, solteiro, com domicílio no Sítio do Pé da Cruz, Monchique, 8550 Monchique, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 27 de Abril de 2003 e um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 27 de Abril de 2003, por despacho de 14 de Junho de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a par-

tir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

20 de Junho de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo José C. S. Paiva*. — A Oficial de Justiça, *Sandra Maria C. L. R. Correia*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE NELAS

Aviso de contumácia n.º 9183/2005 — AP. — O Dr. Fernando Hugo Loureiro Cardoso, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Nelas, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 98/99.2GBNLS, pendente neste Tribunal de Nelas e que o Ministério Público move ao arguido José Ramiro Amaral Ribeiro, filho de Ramiro Marques Ribeiro e de Maria da Conceição Amaral Ribeiro, natural de Portugal, Mangualde, Espinho, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Outubro de 1970, casado sob regime desconhecido, titular do bilhete de identidade n.º 9670006, com domicílio conhecido na Rua do Agro, 357, 2.º, direito, Candal, 4400 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado pela prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 30 de Junho de 1999, foi o mesmo por duto despacho de 17 de Junho de 2005, declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos, em qualquer repartição ou serviço público.

22 de Junho de 2005. — O Juiz de Direito, *Fernando Hugo Loureiro Cardoso*. — O Oficial de Justiça, *António Orlando Lopes Peres Jesus*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ODEMIRA

Aviso de contumácia n.º 9184/2005 — AP. — O Dr. Alexandre Santos Costa Monteiro de Macedo, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Odemira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 453/97.2TAO DM, pendente neste Tribunal contra o arguido Bruno Miguel Sousa Marques dos Santos, filho de António dos Santos e de Maria Leonor Sousa Ramos Oliveira M. Santos, natural de Oeiras, São Julião da Barra, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Maio de 1976, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10799857, com domicílio na Rua Alexandre Herculano, 4, Pintéus, 2660-121 Santo Antão do Tojal, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º e 204.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 27 de Maio de 1997, por despacho de 20 de Junho de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

24 de Junho de 2005. — O Juiz de Direito, *Alexandre Santos Costa Monteiro de Macedo*. — O Oficial de Justiça, *Vítor Manuel dos Santos Gonçalves*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OEIRAS

Aviso de contumácia n.º 9185/2005 — AP. — O Dr. Mário Pinto Amaral, juiz de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Oeiras, Tribunal contra o arguido José Luís Martins Soares de Carvalho, filho de Agostinho Soares de Carvalho e de Flora Borges Martins, de nacionalidade portuguesa, titular do bilhete de identidade n.º 11996363, com domicílio no Bairro Coopalme, 45, Banda 10, Bloco B, Algueirão, Mem Martins, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 20 de Outubro de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 22 de Junho de 2005, nos termos do artigo 335.º